



ACORDO QUADRO DE PRESTAÇÕES intelectuais

Agência Francesa de Desenvolvimento

5 Rue Roland BARTHES

75012 PARIS

ASSUNTO: Diagnóstico, estudos e implementação da estratégia cultural de Porto Alegre (Brasil)

VIL-2024-0564

Caderno de Cláusulas Administrativas Particulares

Sumário

1. Preâmbulo	4
1.1 Apresentação da AFD	4
1.2 Definições	4
2. Objeto do acordo-quadro - Disposições gerais	5
2.1 Objeto do acordo-quadro	5
2.2 Divisão de ordens de compra	6
2.3 Condições de emissão de ordens de compra	6
2.4 Duração do acordo-quadro	6
2,5 Subcontratação	6
2.6 Alteração do acordo-quadro	7
Documentos constitutivos do acordo-quadro	
3.	7
4. Condições de execução das prestações	7
Preços e variação dos preços	
5.	10
5.1 Forma dos preços	10
5.2 Conteúdo dos preços	10
Detalhes sobre as despesas diárias:	11
5.3 Variação do preço	11
Adiantamento	
6.	11
Retenção de garantia	
7.	11
8. Liquidação de contas ao titular	12
8.1 Modalidades de pagamento do preço	12
8.2 Regras em caso de co-contratantes solidários	13
8.3 Prazos de pagamento	13
8.4 IVA.....	13
8.5 Juros de mora	13
Desenvolvimento sustentável - Dimensão social	
9.	14
Penalidades	
10.	14
10.1Portações por atraso	14
10.2Penalidades por violação de obrigações de segurança ou confidencialidade	14
10.3 Penalidades por não cumprir as formalidades relativas ao combate ao trabalho ilícito	15

Penalidades de despesas e riscos	
10.4	16
11. Arquivos a serem fornecidos pelo titular	
.....	16

12. Cessação da execução da prestação	17
13. Admissão - Conclusão da missão	17
14. Seguros	17
Propriedade intelectual - Utilização dos resultados	
15.	17
15.1 Regime de conhecimentos prévios e conhecimentos prévios padrão	17
Regime de resultados	
15.2	17
Segurança	
16.	18
Cláusulas complementares	
17.	19
17.1 Recuperação ou liquidação judicial	19
17.2 Declaração e obrigações do prestador	19
17.3 Obrigações da AFD	24
17.4 Vários	24
Auditoria	
18.	24
Reversibilidade	
19.	26
20. Rescisão	27
20.1 Rescisão dos danos do titular	27
Rescisão por motivos de interesse geral	
20.2	28
21. Disputas	28
Disposições aplicáveis em caso de titular estrangeiro	
22.	28
23. Exceções aos documentos gerais	28

1. Preâmbulo

1.1 Apresentação da AFD

A Agência Francesa de Desenvolvimento é um estabelecimento público industrial e comercial que depende da lei bancária, como uma empresa de financiamento.

No âmbito do dispositivo de ajuda ao desenvolvimento, é responsável por financiar, através de empréstimos a longo prazo e/ou subvenções, o desenvolvimento económico e social de cerca de 80 países em vias de desenvolvimento e das Colectividades de Ultramar.

Possui uma carta ética disponível em seu site: www.afd.fr

No âmbito do acordo-quadro, a AFD confia ao Prestador, que o aceita, a realização do acordo-quadro. O presente CCAP tem por objetivo especificar as condições em que o Prestador será obrigado a fornecer esses serviços à AFD.

Além disso, a fim de promover o desenvolvimento sustentável, As Partes reconheceram a necessidade de promover o respeito pelas normas ambientais e sociais internacionalmente reconhecidas, incluindo as convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e as convenções internacionais para a protecção do ambiente.

1.2 Definições

Atos de corrupção:

Designa as infrações previstas nos artigos 432-11, 433-1, 445-1 e 445-2 do Código Penal.

Ato de fraude:

Designa qualquer manobra desleal (ação ou omissão), seja ela penalmente ou não incriminada, destinada a enganar deliberadamente outra pessoa, a esconder-lhe intencionalmente elementos ou a surpreender ou desvirtuar o seu consentimento, contornar obrigações legais ou regulamentares e/ou violar regras internas para obter um lucro ilegítimo.

Dados pessoais: Informações

Refere-se a qualquer informação relacionada com uma pessoa física identificada ou identificável.

Acordo:

Designa as ações concertadas, convenções, acordos expressos ou tácitos ou coligações, incluindo por intermédio directo ou indirecto de uma sociedade do grupo estabelecida em qualquer país na acepção nomeadamente do artigo 420-1 do Código de Comércio, quando tenham por objecto ou possam ter por efeito impedir, restringir ou falsear o jogo da concorrência num mercado, nomeadamente quando tenderem a:

- Δimitar o acesso ao mercado ou a livre concorrência por parte de outras empresas;
- Δimpedir a fixação dos preços pelo livre jogo do mercado, favorecendo artificialmente o seu aumento ou a sua diminuição;
- Δimitar ou controlar a produção, os mercados, os investimentos ou o progresso técnico;
- Δistribuir os mercados ou as fontes de abastecimento.

Informação confidencial:**Designa:**

Todas as informações, correspondências (escritas, eletrônicas, orais), dados, documentos de qualquer natureza e independentemente da sua forma ou suporte, incluindo, sem limitação, qualquer escrito, nota, relatório, documento, estudo, análise de desenho, carta, listagem, software ou conteúdo dos dados armazenados numa pen USB, especificações, cifra, gráfico, comunicados pela AFD ao Prestador no âmbito do Contrato;

O Contrato (incluindo qualquer informação obtida por ocasião da sua negociação e/ou execução) e, de forma mais geral, qualquer informação ou documento que o Prestador possa ter obtido, direta ou indiretamente, por escrito ou por qualquer outro meio, da AFD para as necessidades ou por ocasião do Contrato, incluindo sem limitação todas as informações técnicas, comerciais, estratégicas ou financeiras, estudos, especificações, software, produtos;

O Serviço (incluindo relatórios, trabalhos, estudos realizados no âmbito do Serviço) e qualquer informação relacionada.

Pessoal:

Designa o pessoal do Prestador designado por este último para a realização da Prestação

Prestação:

Designa o conjunto das tarefas, atividades, serviços, entregas e prestações a realizar pelo Prestador em virtude do Contrato

Serviços Essenciais Terceirizados:

O decreto de 3 de novembro de 2014 (artigos 10q, 231 e seguintes e 253) e o Código Monetário e Financeiro definem as prestações essenciais de serviços externalizadas da seguinte forma:

Οπερα| | εσ βαλχ(ριασ, εμισσ@ο ε γεστ@ο δε μοεδα ελεχτρ |νιχα, σερω| | οσ δε παγαμεντο ε σερω| | οσ δε ινπεστιμεντο παρα οσ quais a empresa sujeita foi autorizada;

As operações conexas;

As prestações que participam directamente na execução das operações ou dos serviços acima mencionados;

Qualquer prestação de serviços quando uma anomalia ou falha no seu exercício for suscetível de prejudicar gravemente a capacidade da empresa sujeita para cumprir permanentemente as condições e obrigações da sua autorização e as relativas ao exercício do seu atividade, ao seu desempenho financeiro ou à continuidade dos seus serviços e actividades.

2. Objeto do acordo-quadro - disposições gerais

2.1 Objeto do acordo-quadro

O Acordo-quadro regido pelo presente CCAP é um acordo-quadro de prestação intelectual relativo à realização das seguintes prestações:

Diagnóstico, estudos e implementação da estratégia cultural

de Porto Alegre (Brasil)

Local(s) de execução: Brasil e nas instalações do titular

Recorda-se que a segurança e a proteção das pessoas e dos bens mobilizados para a realização da

Prestação são da exclusiva responsabilidade do Prestador.

2.2 Divisão de ordens de compra

- O acordo-quadro é misto: compreende uma parte forfetária e uma parte de ordens de compra na acepção dos artigos R. 2162-1 a R. 2162-6, R. 2162-13 e R. 2162-14 do Código da Encomenda Pública.

2.3 Condições de emissão de ordens de compra

Cada ordem de compra deve especificar:

O conteúdo e as quantidades das prestações a realizar
O montante da nota δε ενχομενδα A
referência do acordo-quadro

Se for caso disso:

- Os preços unitários dos serviços a realizar
- As condições especiais de execução
- As condições especiais de admissão
- Os prazos de execução,
- O local de execução,
- Os documentos a fornecer.

Cada ordem de compra será notificada ao prestador nas condições definidas no artigo Forma das notificações e informações ao titular abaixo e no artigo 3.7 do CCAG PI.

2.4 Duração do acordo-quadro

A duração do acordo-quadro é definida no artigo Duração do acordo-quadro do ato de compromisso.

Em conformidade com o artigo 13.1.1 do CCAG PI, o prazo de execução do acordo-quadro começa a contar a partir da data da sua notificação.

De acordo com o artigo 13.1.2 do CCAG PI, o prazo de execução de cada ordem de compra começa na data da sua notificação, a menos que a ordem de compra estabeleça uma data diferente.

2.5 Subcontratação

O Prestador poderá subcontratar uma parte do Serviço sob sua exclusiva responsabilidade, sujeito a obter o acordo prévio por escrito da AFD nas seguintes condições:

Notificação à AFD pelo Prestador da sua intenção de subcontratar uma parte do Serviço objeto do Contrato, indicando as referências do ou dos subcontratantes previstos, uma descrição precisa da parte do Serviço subcontratado processado, o seu montante e as condições de pagamento previstas;

A AFD disporá de um prazo de quinze (15) dias úteis após o recebimento da notificação para notificar o Prestador por escrito, sua aceitação ou recusa;

Em caso de aceitação, o Prestador comunicará o mais rapidamente possível à AFD uma cópia do ou dos contratos de subcontratação correspondentes.

No entanto, em conformidade com as disposições do artigo L.2193-3 do Código dos Contratos Públicos, o comprador exige que certas tarefas essenciais do acordo-quadro sejam realizadas diretamente pelo titular.

2.6 Alteração do acordo-quadro

O acordo-quadro pode ser alterado através da celebração de atos modificativos nos casos descritos nos artigos R. 2194-1 a R. 2194-9 do Código dos Contratos Públicos.

3. Elementos constitutivos do acordo-quadro

Em derrogação do artigo 4.1 do CCAG PI, as peças contratuais prevalecem na seguinte ordem:

- O documento de compromisso e os seus anexos financeiros (DPGF e BPU) (em formato .xls), cujo exemplar original conservado nos arquivos do comprador é único.
- O presente Caderno de Cláusulas Administrativas Particulares (C.C.A.P) e seus eventuais anexos, cujo exemplar original conservado nos arquivos do comprador faz fé.
- O caderno de cláusulas técnicas particulares (C.C.T.P.) e seus eventuais anexos, cujo exemplar original conservado nos arquivos do comprador é único.

O ato de compromisso, o CCAP e o CCTP prevalecem sobre seus anexos em caso de contradição com estes e cada anexo prevalece sobre os outros de acordo com sua classificação na lista dos anexos específicos para cada documento.

- O caderno de cláusulas administrativas gerais dos contratos públicos de prestações intelectuais (CCAG PI) aprovado pelo decreto de 30 de março de 2021 (publicado no JORF n°0078 de 1 de abril de 2021);
- As perguntas/ respostas na publicação da consulta,
- A oferta técnica do titular;
- Os atos especiais de subcontratação e seus eventuais atos modificativos, posteriores à notificação do acordo-quadro.

4. Condições de execução das prestações

Os serviços devem estar em conformidade com as estipulações do contrato.

A entidade adjudicadora colocará à disposição do titular os documentos em sua posse necessários para a realização das prestações e facilitará, se necessário, a obtenção junto dos outros organismos competentes das informações e dados de que o titular poderá precisar.

O Prestador deverá contribuir, no âmbito da execução do Contrato, com todo o seu know-how e as suas competências para a realização da Prestação. Ele trará toda a logística e o material necessários para a execução correta do Serviço.

O Prestador deverá executar a Prestação de forma profissional e conforme às regras do arte.

O Prestador atribuirá o pessoal adequado para realizar as diferentes tarefas necessárias à boa realização da Prestação. O Prestador deverá comunicar os nomes e as qualificações profissionais das pessoas que serão encarregadas da execução dos serviços.

O Prestador poderá proceder à substituição de um ou mais membro(s) do Pessoal em caso de falha do referido (dos referidos) membro(s) na condição de que (i) as qualificações da (ou dos) pessoa(s) proposta(s) para a substituição sejam equivalentes ou superiores às da (ou das) pessoa(s) a substituir, (ii) que essa substituição não cause nenhum atraso para a AFD no que diz respeito ao calendário de execução do Serviço, e (iii) ter obtido o acordo prévio e escrito da AFD sobre a pessoa(s) proposta(s). A substituição deverá ser feita imediatamente. O Prestador assumirá todos os custos associados.

O Pessoal atuará sob a supervisão, responsabilidade legal, hierárquica e disciplinar do Prestador. O Prestador compromete-se, portanto, a cumprir todas as formalidades aplicáveis em relação à regulamentação em vigor a cargo do empregador, nomeadamente no que diz respeito ao direito do trabalho, à cobertura social e às obrigações fiscais. O Pessoal será, em todas as circunstâncias, da única autoridade do Prestador e responderá pela sua actividade exclusiva e directamente perante este último.

O Prestador compromete-se a fazer o necessário para que o pessoal esteja apto a cumprir a sua missão tanto em França como no país onde decorrerá a missão. Deverá, nomeadamente, efectuar as formalidades relativas à situação administrativa do pessoal, obter os vistos e todos os documentos necessários em relação à regulamentação local. O Prestador compromete-se igualmente a (i) ter tomado todas as disposições necessárias (seguros, mutualidades...) para assistir o pessoal em caso de dificuldade que ocorra localmente, como, por exemplo, uma evacuação por motivos de saúde ou políticos e a (ii) prestar toda a assistência técnica que o Pessoal possa necessitar no âmbito da sua missão.

Segurança

O Prestador compromete-se a respeitar todas as leis e regulamentos aplicáveis em matéria de segurança, e a tomar as medidas que lhe incumbem para garantir a segurança do seu pessoal, da qual é o único responsável.

A AFD não é responsável pela segurança das pessoas singulares ou do pessoal das pessoas coletivas às quais o Prestador confiaria ou delegaria, de qualquer forma, todo ou parte da realização do/dos Serviço(s).

O Prestador é o único responsável pela segurança das pessoas singulares ou do pessoal das pessoas coletivas às quais confia ou delega, de qualquer forma, total ou parcialmente, a realização dos Serviços. A Agência não é responsável pelos procedimentos de segurança e pela gestão da segurança dessas pessoas e do seu pessoal.

Durante todo o período de realização da/dos Prestação(s), e nomeadamente antes de qualquer deslocação do seu pessoal, o Prestador compromete-se a informar-se junto da(s) Embaixada(s) de França do/dos países em causa⁽¹⁾ sobre os riscos de segurança em que incorre e a fazer bom uso dos conselhos prestados pelos seus/seus serviços. O utilizador compromete-se a garantir que as pessoas singulares ou colectivas que intervêm em seu nome no âmbito da realização do/dos Serviço(s) cumpram esta obrigação.

Quando a área(s) de implementação da Prestação se torna/se objeto de uma classificação em zona laranja ou vermelha pelo Ministério francês da Europa e dos Negócios Estrangeiros durante a execução do contrato, o Prestador compromete-se a suspender as suas atividades

na(s) zona(s) em causa e a transmitir a sua documentação de segurança a um organismo externo especializado, designado e financiado pela AFD.

O organismo externo especializado procederá a uma revisão da mesma e transmitirá as suas recomendações ao Prestador, que decidirá sobre o seguimento a dar-lhe sob sua exclusiva responsabilidade. O organismo externo especializado enviará à AFD um atestado emitido por ele, certificando a revisão da documentação transmitida. Uma nova intervenção na/nos zona(s) em causa não poderá ser organizada antes da receção deste atestado pela AFD.

O Prestador é o único responsável pela decisão de cancelar ou manter as viagens previstas.

(1) Se o Prestador for de nacionalidade francesa. Se não for o caso, suprimir «da(s) Embaixada(s) de França do/dos país(s) em causa» e acrescentar «das autoridades consulares ou locais competentes no que respeita à sua nacionalidade do/dos países em causa».

Suspensão por motivos de segurança

Em caso de risco de ataque grave e iminente à integridade física do seu pessoal e de qualquer pessoa que atue em seu nome, o Prestador pode decidir, sem notificação prévia, desmobilizá-los da área de execução deste contrato e/ou da zona perigosa, e poderá suspender imediatamente a execução do presente contrato, total ou parcialmente.

O Prestador informará sem demora a AFD.

O Prestador deverá, num prazo máximo de sete (7) dias a contar da sua decisão, justificar por escrito à AFD que a sua decisão foi conforme aos termos do primeiro parágrafo acima. Ele deve especificar os motivos que levaram à sua decisão, as consequências previsíveis para o Contrato, as medidas propostas para minimizar essas consequências e os custos envolvidos com a referida desmobilização e/ ou suspensão.

O montante das despesas reembolsáveis, resultantes diretamente desta suspensão, desmobilização e/ou remobilização do pessoal, deduzidas as quantias pagas pelos seguros do prestador, bem como as modalidades de reembolso deverão ser decididas conjuntamente pelas partes.

O Prestador deverá continuar a cumprir as suas obrigações em virtude do presente contrato e tomar todas as medidas para minimizar as consequências da desmobilização do pessoal ou de qualquer interveniente envolvido e de uma eventual suspensão dos serviços. As partes determinarão, conforme necessário, eventuais adaptações do presente contrato para assegurar a continuidade da execução das prestações.

No caso de o Prestador ser definitivamente impedido de executar o presente contrato, será aplicado o artigo 38.1 do CCAG Prestações intelectuais «Dificuldades de execução do contrato».

Impacto carbono

O Titular deverá reduzir ao máximo seu impacto de carbono durante a missão. No que se refere às deslocações em serviço, o titular é convidado a privilegiar, na medida do possível

modos de transporte respeitadores do ambiente, com baixas emissões de CO2 em coerência com os objetivos de promoção do desenvolvimento sustentável prosseguidos pela AFD.

5. Preços e variação de preços

5.1 Forma dos preços

Os prémios são mistos:

- montante fixo (para as prestações descritas no artigo 5.o das TDR),
- preços unitários para a parte de encomenda (para as prestações descritas no artigo 7.o das TDR),

5.2 Conteúdo dos preços

De acordo com o artigo 10.1.3 do CCAG PI, o montante da oferta inclui todos os custos de mão-de-obra (salários, prémios, subsídios, encargos sociais, etc.), deslocações, despesas gerais, os seguros e todos os custos necessários para a execução adequada dos serviços, incluindo as despesas de logística.

Para a parte forfetária: O montante da oferta inclui todas as despesas necessárias para a execução do contrato: visitas, reuniões, deslocações.

Para a parte de ordem: As despesas de missões serão pagas com base nas quantidades consumidas na fatura.

Regras aplicáveis ao transporte

Os preços são válidos para a origem (sede social/agência do prestador) / destino (Agência AFD envolvida na missão)

Para a parte de encomenda, os custos deverão ser validados pela AFD antes da emissão da ordem de compra

Deve ser sempre oferecida a solução de viagem mais direta e económica.

Os consultores devem programar as suas missões da melhor forma possível para permitir a reserva de bilhetes de transporte a preços vantajosos.

No que diz respeito aos transportes aéreos, as condições de viagem por defeito são as correspondentes à classe Económica das companhias aéreas. As viagens de negócios podem ser realizadas em classe executiva quando uma das seguintes condições for atendida:

- a viagem tem uma duração (decolagem do aeroporto de origem - aterragem no aeroporto de destino) superior a 10h;
- a viagem é efectuada de noite;
- se não houver um voo com tarifa Económica ou Premium para o período em que a viagem deve ser realizada (com o acordo prévio por escrito da AFD)

Os voos nas companhias aéreas referenciadas na lista negra das companhias aéreas da Comissão Europeia são proibidos no âmbito das deslocações profissionais à AFD

(companhias negras listadas).

Detalhes sobre as despesas diárias:

As despesas de estadia cobrem alojamento, alimentação, transporte dentro do local da missão e outras despesas. O titular pode fazer referência à tabela estabelecida pela União Europeia) (Per diem rates

- [25 de julho 2022.pdf \(europa.eu\)](#) para a missão dos per diem.

O montante das diárias não poderá exceder o montante previsto pela União Europeia.

As deslocações efectuadas para efeitos de uma missão devem ser consideradas como fazendo parte da missão. Não podem exceder os per diem do país cujo preço é fixado pela União Europeia.

N.B. : As viagens realizadas pelo perito para efeitos de mobilização e de desmobilização, bem como para férias não podem ser consideradas dias de trabalho ou missões e não dão lugar ao pagamento de ajudas de custo.

5.3 Variação do preço

Os preços são firmes.

6. Adiantamento

Sujeito às condições previstas nos artigos R. 2191-3 e seguintes do Código da Contratação Pública, um adiantamento é pago ao titular, salvo indicação em contrário no ato de compromisso.

- Adiantamento sobre a parte fixa: O adiantamento será calculado, em função da duração do contrato, nas condições definidas no artigo R. 2191-7 do Código da Contratação Pública.

A taxa do adiantamento é fixada em 35 % no máximo do montante fixo, antes do imposto.

O reembolso do adiantamento será feito sobre os pagamentos por meio de débito direto das quantias devidas a cada terceiro (titular, cocontratantes ou subcontratado) da seguinte forma:

- Depósito 1: 20%
- Depósito 2: 5%
- Depósito 3: 10%
- Adiantamento sobre a parte da encomenda: A taxa de adiantamento é fixada em 30%. Será paga por cada nota de encomenda de valor superior a 50.000 euros HT e cujo prazo de execução exceda os 2 meses.

O reembolso do adiantamento será feito nos seguintes pagamentos, por meio de retirada das quantias devidas a cada terceiro (titular, cocontratantes ou subcontratados) nas condições previstas no pedido de compra.

7. Retenção de garantia

Não será feita nenhuma retenção de garantia.

8. Liquidação de contas ao titular

8.1 Condições de pagamento do preço

8.1.1 Pagamento do preço

Para os serviços a preço fixo, os montantes serão facturados de acordo com o seguinte calendário:

- **Depósito 1:** 30% do valor do contrato no final da realização e da validação dos resultados 1;
- **Depósito 2:** 15% do valor do contrato no final da realização e da validação do produto 2;
- **Depósito 3:** 20% do valor do contrato no final da realização e da validação do produto 3;
- **Depósito 4:** 35% do valor do contrato no final da realização e da validação do produto 3;

O pagamento definitivo dos serviços a preço fixo será efectuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de recepção da fatura pela AFD, sob reserva do serviço utilizador que verifique a boa execução dos serviços.

Para a parte de ordem:

O montante do serviço de ordens de compra do presente acordo-quadro será faturado às quantidades realmente executadas em relação à ordem de compra transmitida, à entrega dos resultados e após a validação destes últimos pela AFD.

8.1.2 Pedidos de pagamento

O pedido de pagamento deve ser datado e incluir, conforme o caso:

- as referências do acordo-quadro;
- o montante das prestações recebidas, estabelecido em conformidade com as estipulações do contrato, excluindo o IVA e, se for caso disso, deduzido das descontos eventualmente aplicáveis ou o montante das prestações correspondente ao período em causa;
- a repartição dos preços fixos e os preços unitários;
- em caso de subcontratação, a natureza das prestações realizadas pelo subcontratante, o seu montante total sem impostos, o seu montante IVA incluído e, se for o caso, as variações de preços estabelecidas HT e IVA incluído
- no caso de agrupamento conjunto, para cada operador económico, o montante dos serviços prestados pelo operador económico;
- a aplicação da atualização ou revisão de preços;
- Se for caso disso, os benefícios, prémios e descontos;
- as eventuais penalizações por atraso;
- os adiantamentos a reembolsar;
- o montante do IVA ou, se for caso disso, o benefício de uma isenção
- o montante IVA incluído

A entidade adjudicante reserva-se o direito de completar ou rectificar os pedidos de pagamento que contenham erros ou estejam incompletos. Nesse caso, deve notificar o pedido de pagamento rectificado ao titular.

8.1.3 Transmissão de pedidos de pagamento

O depósito, transmissão e recebimento de faturas eletrônicas são feitos exclusivamente no portal de faturamento Chorus Pro. Quando uma fatura é transmitida fora deste portal, a AFD pode rejeitá-la depois de ter recordado esta obrigação ao emissor e o ter convidado a cumpri-la. Para o efeito, as suas faturas desmaterializadas enviadas à AFD deverão obrigatoriamente conter as seguintes informações:

Estabelecimento Agence Française de
Développement Code Service CHORUS: PAR-
MOA-022 Número de Mercado: VIL-2024-0564

8.2 Regras em caso de co-contratantes solidários

Em caso de co-contratação, apenas o mandatário do agrupamento está habilitado a apresentar os pedidos de pagamento.

Em caso de agrupamento solidário, será efectuado um pagamento separado de cada um dos co-contratantes, se a repartição dos pagamentos for identificada no acto de compromisso.

O mandatário do agrupamento indica em cada pedido de pagamento que transmite à entidade adjudicadora a repartição dos pagamentos para cada um dos co-contratantes.

A aceitação de um acordo para cada um dos co-contratantes solidários não pode pôr em causa a solidariedade dos co-contratantes.

8.3 Prazos de pagamento

O prazo de que a entidade adjudicante ou o seu representante dispõe para proceder ao pagamento das liquidações parciais definitivas e do saldo é fixado em 30 dias.

8.4 IVA

O presente contrato está sujeito ao imposto sobre o valor acrescentado à taxa em vigor no dia do facto gerador. Cada termo de pagamento será acompanhado do IVA. O Titular do contrato compromete-se a indicar nas suas faturas se está autorizado pela administração fiscal a pagar o IVA de acordo com os débitos.

No entanto, é recordado que o contrato está isento do imposto sobre o valor acrescentado quando (i) o contrato financia uma acção de cooperação em benefício de um país fora da Comunidade Europeia, (ii) a prestação consiste em serviços de informação, de consultoria, estudos ou investigação, (iii) o resultado da prestação é comunicado ao país em causa e (iv) o quadro de intervenção da prestação é orientado de forma a destacar o benefício certo da prestação para o país em causa.

8.5 Juros de mora

O não pagamento dos adiantamentos, das prestações, das liquidações parciais definitivas ou do saldo no prazo fixado pelo acordo-quadro dá direito a juros de mora, calculados a partir do dia

após a expiração do referido prazo (ou da data prevista pelo contrato) até à data de pagamento do principal incluída (artigo R. 2192-32 do Código da Contratação Pública).

A taxa de juro de moratória aplicável em caso de incumprimento do prazo máximo de pagamento é igual à taxa de juro aplicada pelo Banco Central Europeu às suas operações principais de refinanciamento mais recentes, em vigor no primeiro dia do semestre do ano civil durante o qual os juros de mora começaram a ser cobrados, acrescido de oito pontos percentuais.

O montante da indemnização forfetária para os custos de cobrança é fixado em 40 euros.

9. Desenvolvimento sustentável - Dimensão social

- Dimensão social

O titular compromete-se, através das suas medidas de política social, promover a igualdade e a diversidade profissional em favor dos prestadores suscetíveis de serem afetados ou de participarem directa ou indirectamente no mercado, justificando ações específicas realizadas durante o período do contrato.

Os progressos realizados serão analisados anualmente, de acordo com o indicador proposto pelo adjudicatário. O titular produzirá para este efeito, na data do aniversário do contrato, uma nota anual que descreve as ações e iniciativas que terá empreendido durante esse período.

- Desenvolvimento sustentável

O titular é convidado, na medida do possível, a privilegiar modos de transporte respeitadores do ambiente e com baixas emissões de CO₂ em coerência com os objectivos de promoção do desenvolvimento sustentável prosseguidos pela AFD.

O contratante deve apresentar um plano de progresso anual na data do contrato, que permita identificar as alavancas de melhoria e medir os progressos realizados na redução das emissões de gases com efeito de estufa no cumprimento do contrato.

10. Penalidades

10.1 Penalidades por atraso

Os documentos a apresentar pelo titular dentro de um prazo fixado pelo acordo-quadro devem ser transmitidos pelo titular por qualquer meio que ateste a data da sua recepção pelo comprador.

Em derrogação do artigo 14.1.1 do CCAG PI, as modalidades de aplicação das penalidades por atraso são as seguintes: 100€ por dia calórico de atraso na produção dos resultados.

Em derrogação do artigo 14.1.2 do CCAG PI, o montante total das penalidades por atraso poderá exceder 10% do montante total IVA do acordo-quadro, da fração considerada ou da ordem de compra.

Em derrogação do artigo 14.1.3 do CCAG PI, o titular não será isento de penalidades cujo montante total não exceda 1000 € IVA para todo o acordo-quadro.

10.2 Penalidades por violação de obrigações de segurança ou confidencialidade

Em caso de violação das medidas de segurança ou da obrigação de confidencialidade estabelecidas no artigo

5.1 do CCAG PI, o titular está sujeito às penalidades definidas no artigo 14.2 do CCAG PI.

10.3 Penalidades por não cumprir as formalidades relativas ao combate ao trabalho ilegal

De acordo com os artigos L 8222-1 e D 8222-5 do Código do Trabalho, o Prestador deve fornecer à assinatura do Contrato, e depois a cada seis (6) meses, até ao fim da execução do Contrato, os seguintes documentos:

- um certificado de fornecimento de declarações sociais emanado do organismo de proteção social encarregado da cobrança das contribuições sociais que incumbem ao Prestador e datado de menos de seis (6) mês; este atestado deverá conter a menção do pagamento das contribuições e contribuições de segurança social, que deverá indicar a identificação da empresa, o número de trabalhadores empregados e a base salarial declarada no último resumo das contribuições para a segurança social enviadas ao organismo de cobrança;
- um extracto do registo de comércio e empresas] ou [uma cópia do cartão de identificação comprovativo da inscrição no registo das profissões] ou [um recibo do depósito de declaração num centro de formalidades das empresas];
- um atestado de honra emitido pelo Prestador certificando o fornecimento aos seus empregados de folhas de pagamento em conformidade com a regulamentação francesa[2].

Em aplicação do artigo L 8222-6 do Código do Trabalho, a AFD reserva-se a possibilidade de impor uma penalidade ao Prestador que não cumpra as formalidades mencionadas nos artigos L 8221-3 a L 8221-5 do Código do Trabalho relativas ao trabalho dissimulado através da ocultação de actividade e da ocultação de emprego assalariado.

Sem prejuízo dos artigos L. 8222-1 a L. 8222-3, qualquer pessoa coletiva de direito público que tenha celebrado um contrato com uma empresa, informada por escrito, por um agente de controlo, da situação irregular dessa empresa no que respeita às formalidades mencionadas nos artigos L. 8221-33 e L. 8221-5, ordena imediatamente a esta empresa que ponha termo a esta situação. A empresa, assim notificada, deve apresentar à pessoa pública, no prazo de dois meses, prova de que pôs termo à situação delictiva. Caso contrário, o contrato pode ser rescindido sem indemnização, a expensas e risco do contratante. A pessoa coletiva de direito público informa o agente que emitiu a notificação sobre o seguimento dado pela empresa à sua injunção. Se não cumprir as obrigações decorrentes dos parágrafos primeiro e terceiro do presente artigo ou, em caso de continuação do contrato, se a prova do fim da situação delictiva não lhe tiver sido apresentada no prazo de seis meses após a notificação, a pessoa jurídica de direito público é solidariamente responsável com o seu co-contratante pelo pagamento das quantias mencionadas nos 1º a 3º do artigo L. 8222-2, nas condições fixadas no artigo L. 8222-3

Se a AFD for informada por escrito que o Prestador ou um subdelegado está em situação irregular no que diz respeito às formalidades exigidas, ela deverá intimar o mesmo por carta registada com AR para fazer cessar esta situação sem demora.

O Prestador intimado deve apresentar a prova de que pôs fim à situação delictiva. Na falta de regularização, a AFD poderá aplicar as penalidades contratuais ou rescindir o Contrato sem indemnização, às custas e riscos do Prestador.

[1] Para empresas em processo de inscrição ou quando o Prestador não é obrigado a

Registar-se no registo de comércio e empresas ou no repertório de profissões.

[2] Inserir se o Prestador empregar trabalhadores por um período superior a um mês

10.4 Penalidades de despesas e riscos

O presente Acordo-Quadro é celebrado a título não exclusivo.

A entidade adjudicante pode fazer executar, por conta e risco do titular, por um terceiro as prestações objecto do presente acordo-quadro e das suas notas de encomenda:

- ou em caso de não execução, de incumprimento por parte deste último de uma prestação que, pela sua natureza, não pode sofrer qualquer atraso,
- ou em caso de rescisão do contrato-quadro e/ou da ordem de compra por culpa do titular.

Em derrogação do artigo 27.o do CCAG-PI, a notificação de uma decisão de execução a custos e riscos não implica automaticamente a rescisão do acordo-quadro. A entidade adjudicante reserva-se a possibilidade de a pronunciar ou não.

Se não for possível à entidade adjudicante obter, em condições aceitáveis, prestações exactamente conformes àquelas cuja execução está prevista nos documentos específicos do acordo-quadro, pode substituí-las por prestações equivalentes.

O titular do acordo-quadro não pode participar, directa ou indirectamente, na execução das prestações efectuadas por sua conta e risco. Deve, no entanto, fornecer todas as informações recolhidas e os meios utilizados no âmbito da execução do acordo-quadro inicial e que seriam necessários para a execução deste contrato pelo terceiro designado pela entidade adjudicante.

O aumento das despesas, em relação aos preços do presente acordo-quadro, resultante da execução dos serviços a expensas e riscos do titular é da responsabilidade do titular. Não está a beneficiar da redução das despesas.

11. Dossiês a fornecer pelo titular

No âmbito do acordo-quadro, o titular deverá transmitir todos os documentos escritos ou desenhados, resultantes dos seus estudos, por via electrónica, ao endereço de correio electrónico indicado na reunião de lançamento.

Para a transmissão de documentos, todos os arquivos devem ser compatíveis com os seguintes formatos:

O Titular é convidado a:

- Não usar alguns formatos, incluindo ". exe".
- Não usar algumas ferramentas, incluindo "macros".
- Processar os arquivos constituintes de seus estudos por um antivírus.

Em caso de dificuldade de recuperação ou detecção de vírus, o titular deverá tomar todas as

medidas necessárias para transmitir ao comprador todos esses dados, quer por via electrónica, quer num suporte físico electrónico legível e sadio, num prazo de . Em caso de atraso na transmissão deste material, o comprador reserva-se, se necessário, a aplicação de penalidades por atraso para o elemento de estudo em causa. Caberá ao prestador de serviços assegurar-se de que a transmissão destes documentos em formato desmaterializado foi efectivamente efectuada junto dos interessados.

12. Cessação da execução da prestação

Na medida em que as partes técnicas estão previstas no ato de compromisso e isto em conformidade com o artigo 22 do CCAG PI, o comprador reserva-se a possibilidade de interromper a execução das prestações ao termo de cada uma destas partes técnicas sem indemnização.

Em derrogação do artigo 22.o do CCAG PI, no caso de a interrupção da execução da prestação no termo de uma parte técnica ser temporária, não implica a rescisão do acordo-quadro. Nos restantes casos, a decisão implica a rescisão do acordo-quadro. A decisão tomada especifica se a suspensão é temporária ou definitiva.

13. Admissão - Conclusão da missão

Após a recepção dos resultados, a AFD terá 15 dias úteis para validar ou não os resultados. Se a AFD desejar alterar o produto, ela comunicará ao Prestador seus comentários sobre esses produtos no prazo máximo de 15 dias úteis após sua recepção. O Prestador terá 7 dias úteis para tomar em consideração estes comentários e propor uma nova versão do livrável. Este processo pode ser repetido até que a AFD esteja satisfeita com os resultados.

O produto só será validado mediante decisão da AFD.

14. Seguros

O titular designado no acordo-quadro deverá justificar, no prazo de quinze dias a contar do pedido do comprador, um seguro que cubra as consequências pecuniárias da responsabilidade civil que incorre em relação a terceiros e ao comprador por todos os danos corporais, materiais ou imateriais que ocorram durante ou após a execução das prestações.

15. Propriedade intelectual - Utilização dos resultados

15.1 Regime de conhecimentos prévios e conhecimentos prévios padrão

As disposições dos artigos 33 e 34 do CCAG PI serão aplicáveis ao acordo-quadro.

15.2 Regime de resultados

Em derrogação do artigo 35.o do CCAG, o PI:

O Comprador estabelece as seguintes condições para a utilização dos resultados:

15.2.1 Cessão dos direitos de autor

O Prestador cede a título exclusivo à Autoridade Contratante os direitos sobre a Prestação, bem como qualquer elemento que seja constitutivo parcial ou integralmente da mesma. Ele cede irrevogavelmente ao poder

Adjudicador, a título exclusivo para o mundo inteiro e durante o prazo legal dos direitos de autor, os direitos de exploração, representação e reprodução e adaptação para fins comerciais e/ou não comerciais que detém ou deterá sobre os relatórios, trabalhos, estudos e documentos realizados no âmbito da Prestação (a seguir "Cessão").

Mais especificamente, a Cessão inclui os direitos:

utilizar, reproduzir, conservar, distribuir, comunicar, executar, traduzir, explorar, difundir, representar o Serviço;

à fins promocionais, comerciais ou não comerciais, públicos ou privados e, em particular, mas sem que esta lista seja exaustiva por ocasião de exposições, operações de informação ou relações públicas);

parcial ou totalmente em qualquer suporte, atual ou futuro, incluindo papel, óptica, digital, magnética ou qualquer outro suporte de computador, eletrônico ou telecomunicação.

A Cessão é realizada à medida que são realizados os relatórios, trabalhos, estudos e documentos realizados pelo Prestador no âmbito da Prestação.

O Prestador reconhece igualmente à Autoridade Contratante o direito de transferir a qualquer terceiro o seu direito de utilização dos relatórios, trabalhos, estudos e documentos realizados pelo Prestador no âmbito do Contrato.

15.2.2 Garantias da Cessão

Durante toda a duração da Cessão, o Prestador (i) compromete-se a não difundir a Prestação em qualquer suporte sem o consentimento da Entidade Adjudicadora e (ii) garante o gozo pacífico da propriedade dos direitos assim cedidos à Entidade Adjudicadora contra quaisquer perturbações, reivindicações e desalojamentos de qualquer natureza. Garante, em particular, ter adquirido regularmente a totalidade dos direitos, nomeadamente de propriedade intelectual, necessários à Cessão.

Consequentemente, o Prestador garante a Entidade Adjudicadora contra qualquer acção, reivindicação, reivindicação ou oposição por parte de qualquer pessoa que invoque um direito de propriedade, nomeadamente intelectual, ou um acto de concorrência e/ou parasitário, ao qual a Cessão possa prejudicar.

O Prestador garante que a Prestação não contém nada que possa constituir uma violação das leis e regulamentos em vigor, nomeadamente no que diz respeito à difamação e ao insulto, à vida privada e ao direito à imagem, à violação dos bons costumes, contra a falsificação ou plágio.

15.2.3 Remuneração da Cessão

O preço da Cessão está incluído de forma definitiva na remuneração do Contrato. O Prestador reconhece que tem conhecimento e não poderá reclamar qualquer montante adicional a título da Cessão.

16. Segurança

No momento da notificação do contrato, se a/os zona(s) de execução do Serviço são/são objeto de uma classificação em zona laranja ou vermelha pelo Ministério francês da Europa e dos Negócios Estrangeiros, o Prestador compromete-se a transmitir o seu plano de segurança a um organismo externo especializado designado e financiado pela AFD. Esta transmissão é efectuada a partir da notificação do contrato e antes de qualquer deslocação e intervenção nesta/estas zona(s).

O organismo externo especializado transmitirá as suas recomendações ao Prestador, que

decidirá sobre as medidas a tomar sob sua exclusiva responsabilidade.

O organismo externo especializado enviará à AFD um atestado emitido por ele, certificando a revisão da documentação transmitida. Nenhum deslocamento pelo Prestador poderá ser realizado antes da recepção deste atestado pela L'AFD.

17. Cláusulas complementares

17.1 Recuperação ou liquidação judicial

As disposições seguintes são aplicáveis em caso de liquidação judicial ou liquidação judicial.

A decisão de liquidação ou de liquidação judicial é imediatamente notificada ao poder adjudicador pelo titular do contrato. O mesmo se aplica a qualquer sentença ou decisão que possa ter um efeito na execução do contrato.

A entidade adjudicante envia ao administrador ou ao liquidatário uma notificação para se decidir exigir a execução do contrato. Em caso de liquidação judicial, esta notificação é dirigida ao titular no caso de um processo simplificado sem administrador se, em aplicação do artigo L627-2 do Código de Comércio, o juiz comissário tiver autorizado expressamente oPara exercer a faculdade aberta no artigo L622-13 do Código de Comércio.

Em caso de resposta negativa ou de ausência de resposta no prazo de um mês a contar da data do envio da notificação, é pronunciada a rescisão do contrato. Este prazo de um mês pode ser prorrogado ou reduzido se, antes do termo desse prazo, o juiz-comissário tiver concedido ao administrador ou ao liquidador uma prorrogação ou lhe tenha dado um prazo mais curto.

A rescisão produz efeitos na data da decisão do administrador, do liquidatário ou do titular de renunciar à execução do contrato, ou no termo do prazo de um mês acima referido. Não dá direito ao titular a qualquer indemnização.

17.2 Declaração e obrigações do prestador

17.2.1 Declaração do prestador

As autorizações necessárias ao abrigo do Contrato e os seguros relativos à Prestação serão a cargo do Prestador. O Prestador declara que subscreverá e manterá, e fará com que o seu Pessoal disponha de um seguro que cubra todos os riscos ligados à execução da Prestação. O Prestador fornecerá à AFD, a pedido desta última, os atestados de seguro correspondentes.

O Prestador declara:

- Øque obteve das autoridades competentes todas as autorizações necessárias para exercer a sua actividade.
- Øque tem todas as autorizações necessárias para a validade do Contrato e o cumprimento das obrigações decorrentes dele;
- Øque o Pessoal é empregado por ele de acordo com a regulamentação do trabalho que lhe pertence

aplicável.

17.2.2 Obrigação de confidencialidade

O Prestador, agindo tanto por si mesmo como em nome do Pessoal de que é responsável, compromete-se, durante a duração do Contrato e por um período de cinco (5) anos após a data de termo do Contrato, a que as Informações Confidenciais:

- sejam protegidas e mantidas numa estrita confidencialidade, e sejam tratadas com o mesmo grau de precaução e protecção que concede às suas próprias informações confidenciais de igual importância;
- sejam transmitidas de forma interna apenas ao Pessoal;
- vão sejam utilizadas para qualquer outro fim que não seja o definido no Contrato.

Não obstante o parágrafo anterior, as informações abrangidas pelo segredo profissional e bancário devem ser mantidas confidenciais até que a confidencialidade relativa seja levantada.

O Prestador e os seus colaboradores comprometem-se, por conseguinte:

- não divulgar, direta ou indiretamente, em parte ou na totalidade, as Informações Confidenciais sem o consentimento expresso, prévio e por escrito da AFD,
- Manter em sigilo qualquer informação ou documento obtido no âmbito do Contrato, não fazer comunicação a terceiros sobre as missões que lhe são confiadas sem autorização prévia, expressa e escrita da AFD.
- Comunicar imediatamente à AFD qualquer risco de conflito de interesses e cessar sem demora as atividades abrangidas pelo potencial conflito de interesses, até que a entidade adjudicadora tome uma decisão.

No final do contrato, o Prestador compromete-se a devolver integralmente os documentos fornecidos.

17.2.3 Poderes do prestador

O Prestador não tem qualquer poder para agir em nome e por conta da AFD ou para comprometer esta última, salvo mandato expresso e especial que lhe seria concedido pela AFD caso a caso. A AFD é o único juiz das eventuais decisões a tomar sobre as propostas que lhe serão apresentadas pelo Prestador no final da Prestação.

17.2.4 Cláusula de integridade

O Prestador declara e compromete-se a:

- vão ter cometido qualquer acto que possa influenciar o processo de concurso e, nomeadamente, que nenhum Acordo tenha ocorrido e venha a ocorrer;
- o que a negociação, a celebração e a execução do Contrato não deram, dão nem darão lugar a um Ato de Corrupção e/ou a um Ato de Fraude.

17.2.5 Dados pessoais

No âmbito do Serviço, o Prestador poderá eventualmente ser obrigado a tratar dados de carácter pessoal, na acepção do regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, dito Regulamento geral de proteção de dados («RGPD») e da lei n. 78-17 de 6 de janeiro de 1978, com a alteração, denominada lei «Informática e Liberdades» (doravante «os Dados»), por conta e sob a responsabilidade da AFD. Por conseguinte, o Prestador agiria na qualidade de «subcontratante» da AFD, no sentido e nas condições descritas no artigo 60 da lei Informática e

Liberdades e 28 do RGPD.

Além disso, se for o caso, o Prestador compromete-se a:

- vão utilizar os Dados para fins diferentes dos necessários à execução do Serviço e não fazer qualquer cópia dos Dados, exceto no âmbito estrito da execução do Contrato,
- pespeitar o princípio da relevância e proporcionalidade dos dados pessoais tratados e, por conseguinte, recolher/tratar apenas os Dados estritamente necessários para o fornecimento de Benefícios. Em qualquer caso, o Prestador compromete-se a agir apenas sob instruções escritas e prévias da AFD que poderá, espontaneamente ou a pedido do Prestador, especificar por escrito as categorias de dados pessoais que podem ser objeto de tratamento para a execução do Serviço,
- vão proceder a qualquer transferência dos Dados para Estados que não pertençam ao Espaço Económico Europeu, na aceção dos artigos 44 e seguintes do RGPD, sem o prévio consentimento por escrito da AFD.

Subcontratação

O Prestador compromete-se a não subcontratar com empresas terceiras a totalidade ou parte dos Serviços que impliquem a participação na implementação do tratamento dos Dados, salvo se tiver obtido o consentimento prévio e escrito da AFD. Se a AFD aceitar o subcontrato proposto, o Prestador compromete-se a celebrar com o seu subcontratante identificado um contrato que inclua as mesmas obrigações quanto à proteção dos dados que as acordadas atualmente.

O Prestador justificará, a pedido da AFD, os compromissos contratuais de qualquer terceiro prestador envolvido no tratamento dos Dados, se necessário comunicando os documentos contratuais correspondentes.

Segurança, confidencialidade e auditoria

O Prestador compromete-se a tratar os Dados com a mais estrita confidencialidade. O Prestador gere, no âmbito das suas responsabilidades, a organização interna da sua empresa e define as medidas lógicas, físicas e organizacionais capazes de responder às instruções específicas da AFD e, mais amplamente, aos requisitos de proteção dos Dados contra qualquer acesso não autorizado, desvio, uso fraudulento ou perda. O Prestador deverá comunicar imediatamente à AFD se as medidas implementadas não corresponderem ou deixarem de corresponder a estes requisitos.

O Prestador deverá comunicar imediatamente à AFD todas as medidas de controlo ou pedidos de acesso efectuados por autoridades devidamente habilitadas para esse efeito, como os serviços da CNIL ou da polícia judiciária.

As presentes obrigações de confidencialidade e segurança dos dados permanecem válidas após a conclusão do contrato, desde que o prestador continue a armazenar os dados ou aceder aos mesmos. Estas obrigações terminarão apenas no dia em que o Prestador deixar de aceder e/ou armazenar os Dados.

Em conformidade com o disposto no artigo 28.o do RGPD, a AFD deve garantir o cumprimento das medidas

de segurança e confidencialidade implementadas pelo Prestador. A AFD está, portanto, autorizada, diretamente ou através de qualquer pessoa que ela tenha mandatado para esse efeito, a:

- solicitar todas as informações úteis junto do Prestador que justifiquem a implementação de medidas de segurança e confidencialidade (controlos de peças),
- controlar no local de atividade do Prestador ou do seu subcontratante a eficácia da implementação destas medidas (controlos in loco).

A AFD poderá realizar uma vez por ano uma missão de controlo no local, nas instalações do Prestador, durante as horas habituais de trabalho, sem perturbar o funcionamento da empresa do Prestador. Além desta missão de controlo anual, a AFD poderá realizar qualquer missão de controlo ad hoc em caso de violação da segurança no Prestador que afecte a confidencialidade, a integridade ou a segurança dos Dados, intervenida de forma voluntária ou acidental, incluindo qualquer violação, perda, roubo, acesso não autorizado, divulgação, destruição ou alteração dos Dados (doravante «Violação de Dados»).

A AFD deve respeitar os processos operacionais do Prestador e avisar 72 horas antes de qualquer visita, especificando o perímetro do controlo, salvo controlo ad hoc subsequente a uma Violação dos Dados.

O Prestador compromete-se a fazer os melhores esforços para assistir a pessoa mandatada pela AFD durante os controlos e permitir-lhe o acesso às instalações, bem como aos equipamentos pertinentes. O Prestador compromete-se a fornecer, a pedido da AFD, as informações necessárias para permitir um controlo, em peças ou no local, pela AFD sobre as condições de implementação do tratamento dos Dados e entregar-lhe toda a documentação relacionada.

Notificação de Violações de Dados pelo Provedor

O Prestador compromete-se a informar a AFD sem demora, logo que tenha conhecimento, da ocorrência de qualquer Violação dos Dados. O Prestador compromete-se, se for caso disso, a fornecer, em simultâneo com esta informação, todos os elementos necessários à AFD (ou a qualquer pessoa expressamente designada por esta) para avaliar os riscos e impactos da Violação de Dados e permitir que o Provedor tome todas as decisões relevantes.

De acordo com a AFD, o Prestador deverá implementar sem demora todas as medidas adequadas para prevenir qualquer nova Violação dos Dados.

A notificação das Violações de Dados à AFD pelo Prestador e a sua gestão fazem parte integrante dos Serviços e não darão lugar a uma faturação complementar.

Na hipótese de a regulamentação aplicável impor à AFD, na sua qualidade de responsável pelo tratamento, uma obrigação de notificação aos serviços da CNIL, o Prestador prestar-lhe-á toda a assistência para que possa efectuar a referida notificação no prazo aplicável.

Na hipótese de uma informação das pessoas em causa se revelar necessária, esta comunicação será efectuada segundo um calendário e um conteúdo determinados pela AFD (eventualmente em consulta com a autoridade de controlo competente).

Poder de instrução da AFD

A AFD dispõe de direitos amplos para dar todas as orientações, nomeadamente no que diz respeito à natureza, ao volume e às modalidades de tratamento dos Dados. As instruções dadas pela AFD devem ser apresentadas por escrito e não podem dar lugar a um pedido de remuneração complementar pelo Prestador.

No âmbito da sua obrigação de aconselhamento, o Prestador deverá informar a AFD sem demora se considerar que uma diretiva é contrária à regulamentação francesa e europeia relativa à proteção dos dados pessoais.

No final da sua missão, o Prestador deverá, à escolha da AFD, entregar à AFD os Dados em sua posse ou apagá-los imediatamente e integralmente, sob reserva da aplicação de disposições legais que impedem a eliminação integral dos Dados. O mesmo se aplica às cópias para fins de cópia de segurança automática.

A supressão será, se for caso disso, registada em acta com indicação da data.
Uma cópia desta ata será enviada para a AFD.

Direitos dos titulares de dados

Qualquer pedido de informação ao Prestador emitido por uma pessoa envolvida no tratamento dos Dados, na aceção do artigo 4.o do RGPD, será imediatamente transmitido ao Correspondente Informática e Liberdades da AFD ou a qualquer outra pessoa expressamente designada pela AFD. O mesmo se aplica a qualquer pedido de acesso, retificação ou oposição. O Prestador deverá prestar à AFD toda a assistência necessária para lhe permitir satisfazer, nos prazos legais, estes pedidos.

Formalidades

O Prestador deverá colaborar com a AFD e fornecer-lhe todas as informações necessárias para que esta possa estabelecer e atualizar a lista dos tratamentos automatizados prevista pelo artigo 47 do decreto de 20 de outubro de 2005 ou, mais amplamente, proceder a todas as formalidades necessárias prévias à execução do tratamento, incluindo as análises de impacto, os pedidos de autorização ou a consulta prévia da CNIL.

Prova da conformidade do tratamento

O Prestador compromete-se a conservar e manter à disposição da AFD toda a documentação pertinente que justifique que o tratamento dos Dados realizado pelo Prestador em nome da AFD foi realizado em conformidade com os compromissos assumidos no âmbito do Contrato, bem como com as eventuais instruções específicas da AFD.

O Prestador compromete-se a conservar esta documentação, para além do fim do Contrato, até ao termo do prazo de prescrição aplicável durante o qual a responsabilidade da AFD pode ser comprometida devido às condições e modalidades de execução do tratamento dos Dados pelo Prestador. O Prestador poderá, no entanto, libertar-se antecipadamente desta obrigação, entregando à AFD a referida documentação no final do Contrato.

Gestão de fornecedores da AFD

No âmbito da gestão administrativa dos seus fornecedores, a AFD realiza um tratamento de dados pessoais que pode afetar o pessoal do Prestador, que dispõe, por conseguinte, em aplicação da lei Informática e Liberdades, direito de acesso, rectificação e oposição. Estes direitos são exercidos diretamente junto do Correspondente Informática e Liberdades do grupo AFD, nomeadamente por e-mail para o seguinte endereço: informatique.libertés@afd.fr.

17.3 Obrigações da AFD

Para permitir ao Prestador de serviços realizar o seu trabalho, a AFD garantirá que:

- Colocar à disposição do Prestador todos os elementos que possui e necessários ao conhecimento do problema com vista à realização da Prestação;
- Facilitar o contacto do Prestador com as pessoas da AFD afectadas pela Prestação.

17.4 Vários

O Prestador não poderá ceder nenhum dos seus direitos e/ou obrigações ao abrigo do presente contrato, salvo acordo expreso e prévio da AFD.

Todas as notificações, relatórios e outras comunicações relacionadas ao Contrato serão entregues ou enviadas para os respectivos endereços das Partes mencionados no início deste documento. Eles se tornarão efetivos no recebimento neste endereço ou em qualquer novo endereço devidamente notificado por escrito à outra parte.

Qualquer alteração dos termos e condições do Contrato, incluindo alterações na natureza ou no volume da Prestação ou no valor do Contrato, deverá ser objeto de acordo escrito das Partes.

Os originais do contrato são redigidos e assinados em língua francesa. Se for feita uma tradução, apenas a versão francesa será considerada como válida em caso de divergência na interpretação das disposições do Contrato ou em caso de litígio entre as Partes.

18. Auditoria

A AFD reserva-se para si mesma, ou para a Autoridade de Controlo Prudencial e de Resolução (ACPR) ou qualquer outra autoridade estrangeira equivalente na aceção dos artigos L. 632-7, L. 632-12 e L. 632-1213 do Código Monetário e Financeiro para os Serviços a serem executados no estrangeiro ou no âmbito da cooperação do ACPR com essas autoridades estrangeiras) ou ainda para qualquer outra autoridade de regulação ou de controlo, qualquer autoridade de proteção de dados ou qualquer autoridade de arquivos públicos, bem como as pessoas designadas por eles, têm o direito de realizar qualquer auditoria do Fornecedor. Esta auditoria poderia:

- Realizar a verificação do cumprimento, por parte do titular, das suas obrigações contratuais, das condições de execução dos serviços e/ou da performance do titular, bem como dos requisitos regulamentares aplicáveis;

Abranger os dados pessoais, cujas modalidades são especificadas no artigo

Dados pessoais do presente contrato;

Permitir o exercício dos poderes de supervisão e resolução da ACPR, conforme previsto em

Artigo 63.o, n.o 1, alínea a), da Diretiva 2014/59/UE e artigo 65.o, n.o 3, da Diretiva 2013/36/UE.

A AFD reserva-se para si mesma e para o ACPR, bem como para qualquer pessoa eventualmente designada por estes, o direito incondicional de inspecionar e auditar a forma como o prestador cumpre os requisitos contratuais e regulamentares aplicáveis. Neste quadro, a entidade adjudicadora, o ACPR e os terceiros por eles mandatados terão pleno acesso a todos os locais de trabalho relevantes (sede social, centros operacionais, etc.), a todos os aparelhos, sistemas, redes, informações e dados relevantes utilizados para a prestação de serviços, incluindo informação financeira relacionada, bem como aos membros do pessoal e aos auditores externos do prestador de serviços a quem poderão ser solicitadas explicações escritas ou orais, a título gratuito.

Além disso, a entidade adjudicadora reserva-se o direito de realizar auditorias individuais e testes de penetração no prestador para avaliar a eficácia das medidas e processos implementados em matéria de cibersegurança e de segurança das TIC internas.

Em caso de subcontratação, devidamente autorizada pela entidade adjudicadora, o prestador assegura que o subcontratante concede à AFD e ao ACPR os mesmos direitos contratuais de acesso e auditoria concedidos pelo prestador.

Esta auditoria poderá ser realizada a qualquer momento, à escolha da entidade adjudicadora, inclusive após o término do contrato, no limite de uma duração de cinco (5) anos.

O Titular é notificado por escrito pela entidade adjudicadora, pela ACPR ou pelos terceiros que atuam em seu nome da verificação um mês antes do início da auditoria, a menos que tal seja impossível devido a uma situação de emergência ou de crise ou conduza a uma situação em que a auditoria deixe de ser eficaz. A este título, a entidade adjudicadora pode designar um perito independente, não concorrente do Titular, que deve assinar um compromisso de confidencialidade.

O Titular compromete-se a colaborar com a entidade adjudicadora ou seu representante, bem como com a ACPR e a facilitar-lhes a sua auditoria, fornecendo-lhes todas as informações necessárias e respondendo a todos os seus pedidos relativos a esta auditoria, dentro dos limites permitidos do controlo enumerados no início do presente artigo. No caso de as suas solicitações excederem os limites contratuais da auditoria autorizada, o Titular alertará a entidade adjudicadora. Ambas as partes procurarão a melhor forma de alcançar o controle acima, dentro dos limites permitidos pelo contrato.

Durante toda a duração do Contrato e durante o período de prescrição fiscal após a sua cessação, o Titular compromete-se a manter à disposição da entidade adjudicadora e dos seus auditores mandatários, todos os documentos contabilísticos e outros relativos às prestações objecto do contrato.

O Titular compromete-se a manter um arquivo completo e preciso das faturas e de toda a documentação associada relacionada com a emissão destas faturas.

Estes arquivos incluem (lista não limitativa):

- Os documentos físicos (papel, CD...),
- Documentos eletrônicos (e-mails e informações armazenadas em bancos de dados eletrônicos)

No caso de o Cliente exigir a apresentação de documentos na posse exclusiva e demonstrada do Fornecedor, as auditorias serão então realizadas nas instalações do Fornecedor e deverão respeitar os horários de abertura, às práticas e regras de segurança em vigor nos locais em questão. O Cliente poderá aceder às instalações do Fornecedor após ter notificado o seu pedido por escrito e respeitando um pré-aviso de 72 horas.

O custo desta auditoria é suportado pela entidade adjudicadora, salvo se esta auditoria revelar uma falha do Titular.

19. Reversibilidade

À qualquer momento durante a execução do presente contrato, a pedido do Cliente, bem como em caso de expiração ou rescisão de todo ou parte do contrato por qualquer motivo,

O Titular compromete-se a assegurar uma reversibilidade e a fazer tudo o que for possível, nos planos jurídico e humano, para permitir à entidade adjudicadora, na data de cessação do Contrato, retomar ou fazer assumir por um terceiro a prestação objeto do presente Contrato, da forma mais coordenada possível e nas condições mais económicas para a entidade adjudicante, permitindo nomeadamente a continuidade da prestação objecto do contrato com um mínimo de interrupções. Para este fim, também após a rescisão do contrato e durante um período de transição de 3 meses, o titular continuará a fornecer o serviço antes que ele esta não seja integral e efetivamente assumida pela entidade adjudicante ou por um novo prestador de serviços por ela designado.

Aquando da cessação do Contrato, seja qual for a causa, o Titular coloca à disposição da entidade adjudicadora todos os documentos que lhe possam ser necessários no âmbito da retoma da prestação, quer para a assegurar ela própria ou confiá-la a um terceiro.

A pedido da entidade adjudicadora, o Titular compromete-se, por um período máximo de dois (2) meses a partir do fim do Contrato, para responder a qualquer pedido de assistência, mesmo pontual, formulada pela entidade adjudicadora ou pelo Titular designado por esta para retomar a prestação objeto do presente Contrato.

As Partes acordam nas seguintes disposições relativas aos serviços de assistência à reversibilidade prestados pelo Titular:

- se a reversibilidade for decorrente de uma rescisão ou cessação do Contrato, por culpa ou à uma falha do Titular, ou se ela resultar de uma não renovação em qualquer dos prazos do Contrato por causa do Titular, as prestações de assistência à reversibilidade efectuadas pelo Titular não são faturadas à entidade adjudicadora,
- se a reversibilidade decorre da ocorrência de um caso de força maior ou da cessação do Contrato no âmbito de danos partilhados, os custos da assistência à Reversibilidade são divididos pela metade,
- se a reversibilidade resultar de qualquer outra causa de interrupção do presente Contrato, as prestações de assistência à reversibilidade efectuadas pelo Titular são faturadas à entidade adjudicadora na sua totalidade.

Neste contexto, o Prestador compromete-se a:

- Pemeter, num formato integrado, utilizável e acordado, todos os dados pertencentes à entidade adjudicante, bem como os dados pessoais comunicados anteriormente pela entidade adjudicante,

destruir quaisquer cópias desses dados e não usá-los para uso próprio ou em benefício de terceiros

O Prestador compromete-se a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para garantir o acesso aos dados pertencentes à entidade adjudicadora, mesmo em caso de insolvência, resolução ou interrupção das atividades comerciais do Prestador. Não procederá a qualquer subexternalização da Prestação ou transferência dos dados para terceiros sem o acordo prévio e escrito da entidade adjudicadora e abster-se-á de qualquer medida que tenha por efeito impedir o acesso da AFD aos dados que lhe pertencem. Em caso de interrupção voluntária das suas atividades comerciais relacionadas com o Serviço, o Prestador compromete-se a notificar a entidade adjudicadora pelo menos 3 dias antes e a assegurar a reversibilidade da terceirização do Serviço.

20. Rescisão

Serão aplicados os artigos L 2195-1 e seguintes do código de encomenda pública, bem como os artigos 36 a 42 inclusive do CCAG-PI com as seguintes precisões:

20.1 Rescisão dos danos do titular

A entidade adjudicadora pode, após notificação infrutífera no prazo estipulado e sob reserva de um aviso prévio não inferior a quinze (15) dias, rescindir o contrato por culpa do Titular nas condições estabelecidas no artigo 39.o do CCAG-PI.

Mais especificamente, e de forma não exaustiva, a entidade adjudicadora reserva-se a possibilidade de rescindir o contrato em caso de:

- Não execução ou execução reiterada de má qualidade dos requisitos e expectativas operacionais;
- aplicação repetida das penalidades previstas no artigo Penalidades do presente CCAP, não seguida de melhoria significativa;
- constatações repetidas de rejeições ou adiamentos das prestações, em aplicação das disposições das operações de verificação e validação das prestações do artigo Admissão - Conclusão do presente CCAP;
- não cumprimento das disposições do Anexo 1 deste CCAP «Segurança».

As faltas acima referidas devem ser previamente constatadas pelas partes em Comité de Direcção.

A AFD reserva-se igualmente o direito de rescindir o contrato com o Prestador quando:

- este último já não dispõe das certificações e aprovações obrigatórias para a realização do Serviço;
- Quando o tratamento, a gestão ou a segurança de informações confidenciais e de dados pessoais ou sensíveis apresentam deficiências como a integridade, a segurança, a confidencialidade ou o tratamento leal dessas informações e dados parecem comprometidos.

Esta rescisão por culpa é efetuada sem prejuízo de outras ações, nomeadamente penais, que seriam iniciadas neste caso contra o Titular.

Em caso de rescisão por culpa:

- são aplicados os artigos 27 e 39 do CCAG PI com as seguintes precisões: a entidade adjudicadora poderá fazer proceder por um terceiro à execução das prestações previstas no contrato

às despesas e riscos do titular, nas condições definidas no artigo 27. da CCAG PI

- O titular não tem direito a qualquer indemnização;
- Por derrogação e em complemento dos artigos 39.o e 41.3 do CCAG PI, a fração das prestações já realizadas pelo titular é remunerada com uma redução de 10 %.
- O Titular indemniza a entidade adjudicadora por todos os custos e/ou danos suportados e prejuízos sofridos pela entidade adjudicadora em consequência da rescisão do contrato, direta ou indiretamente, nomeadamente se for caso disso, os custos suportados pela entidade adjudicadora em virtude da substituição do Titular por um novo prestador.

Em caso de rescisão em aplicação do artigo L2195-4 do Código da Contratação Pública, serão igualmente aplicadas as infrações equivalentes previstas pela legislação de outro Estado fora da União Europeia.

Em complemento ao artigo 39 do CCAG PI, no caso de não produção dentro de 8 dias da aceitação de uma subcontratação de segunda e maior ordem apresentada pela subcontratante de grau 1 e superior da caução pessoal e solidária que garante o pagamento de todas as quantias devidas por eles ao subcontratante de segundo grau e superior, e após notificação do subcontratado de grau 1 e superior e do titular do contrato, Não surta efeito num prazo fixado de 8 dias, o contrato será rescindido por injustiça do titular sem que este possa reivindicar indemnização e, se for caso disso, com execução das prestações a seus custos e riscos.

20.2 Rescisão por motivos de interesse geral

No caso de uma rescisão por motivos de interesse geral, ou a pedido do ACPR, a indemnização de rescisão é fixada em 5% do montante comprometido sem IVA do acordo-quadro, menos o montante não revisto sem IVA das prestações admitidas.

21. Disputas

Em caso de litígio entre as partes, aplicar-se-á o artigo 43 do CCAG PI.

A lei francesa é a única aplicável.

Em caso de litígio, o tribunal competente é o Tribunal Administrativo de Paris.

22. Disposições aplicáveis em caso de titular estrangeiro

A lei francesa é a única aplicável ao presente contrato.

Qualquer relatório, documentação ou correspondência relativa ao presente contrato deve ser redigida em língua francesa ou, mediante acordo da AFD, em inglês.

23. Exceções aos documentos gerais

Em derrogação do artigo 1o do CCAG-PI, as derrogações aparecem no corpo do presente CCAP.